

Parecer nº 9/IEF/NAR POUSO ALEGRE/2026

PROCESSO Nº 2100.01.0018182/2025-03

PARECER ÚNICO**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

| | | |
|------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nome: Antônio Peres Xavier | | CPF/CNPJ: 432.447.346-34 |
| Endereço: Sítio Grotão, Zona Rural | | Bairro: Bernardes |
| Município: Delfim Moreira | UF: MG | CEP: 37.514-000 |
| Telefone: 35 999756290 | E-mail: douglas.ferraz@atina.com | |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?
 (X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

| | | |
|------------|---------|-----------|
| Nome: | | CPF/CNPJ: |
| Endereço: | | Bairro: |
| Município: | UF: | CEP: |
| Telefone: | E-mail: | |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|--|---------------------------------|
| Denominação: Sítio São Bernardo | Área Total (ha): 30,2599 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 20.365 Livro: 02 Folha: 01 Comarca: Itajubá | Município/UF: Delfim Moreira/MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3121100-D07B.BAEC.8B83.4BF4.8F08.A0F0.DBC7.7B7B | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|---------------------|------------|---------|
| Manejo sustentável | 4,5290 | ha |
| | | |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---------------------|------------|---------|------|---|-------------|
| | | | | X | Y |
| Manejo sustentável | 4,5290 | ha | 23 K | 472.566 E | 7.513.994 S |
| | | | | | |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) |
|---|---------------------------------|-----------|
| Manejo florestal sustentável da candeia | <i>Eremanthus erythropappus</i> | 4,5290 |
| | | |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional | Área (ha) |
|------------------------------|----------------------------|---------------------|-----------|
| Mata Atlântica | Floresta Ombrófila Montana | Médio | 4,5290 |
| | | | |

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|---|---------------|------------|----------------|
| Lenha de floresta nativa sob manejo sustentável | | 130,76 | m ³ |
| | | | |

1. HISTÓRICO

Data da formalização: 28/05/2025

Data da vistoria: 13/10/2025

Data da emissão do parecer técnico: 09/02/2026

Trata-se de processo para obtenção de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental – D.A.I.A. com supressão de vegetação nativa, através da exploração sustentável sob o regime de Plano de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa, para a espécie florestal candeia – *Eremanthus erythropappus*, em um fragmento, no Sítio São Bernardo (Bairro São Bernardo), município de Delfim Moreira/MG, onde foi observado em campo que no local não há nenhuma intervenção ambiental.

2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar o requerimento para Intervenção Ambiental, com supressão de vegetação nativa, em área total de **04,52,90 ha** através da implantação de Plano de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa, para a espécie florestal candeia – *Eremanthus erythropappus*, em um fragmento, na propriedade Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, no município de Delfim Moreira/MG, em conformidade com os padrões técnicos e legais vigentes.



FIGURA 01: Imagem de satélite do Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG (Imagem Google Earth 2025), contemplado neste parecer.



FIGURA 02: Imagem da área sob manejo sustentável no Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Trata-se do imóvel rural denominado Sítio São Bernardo, localizado no Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG, com área total mensurada de 30,25,99 ha, segundo Levantamento Planimétrico Cadastral, de responsabilidade técnica do Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729, e registrada com 23,10,49 ha, o que corresponde a 0,77 módulos fiscais (Módulo Fiscal Municipal = 30 ha).

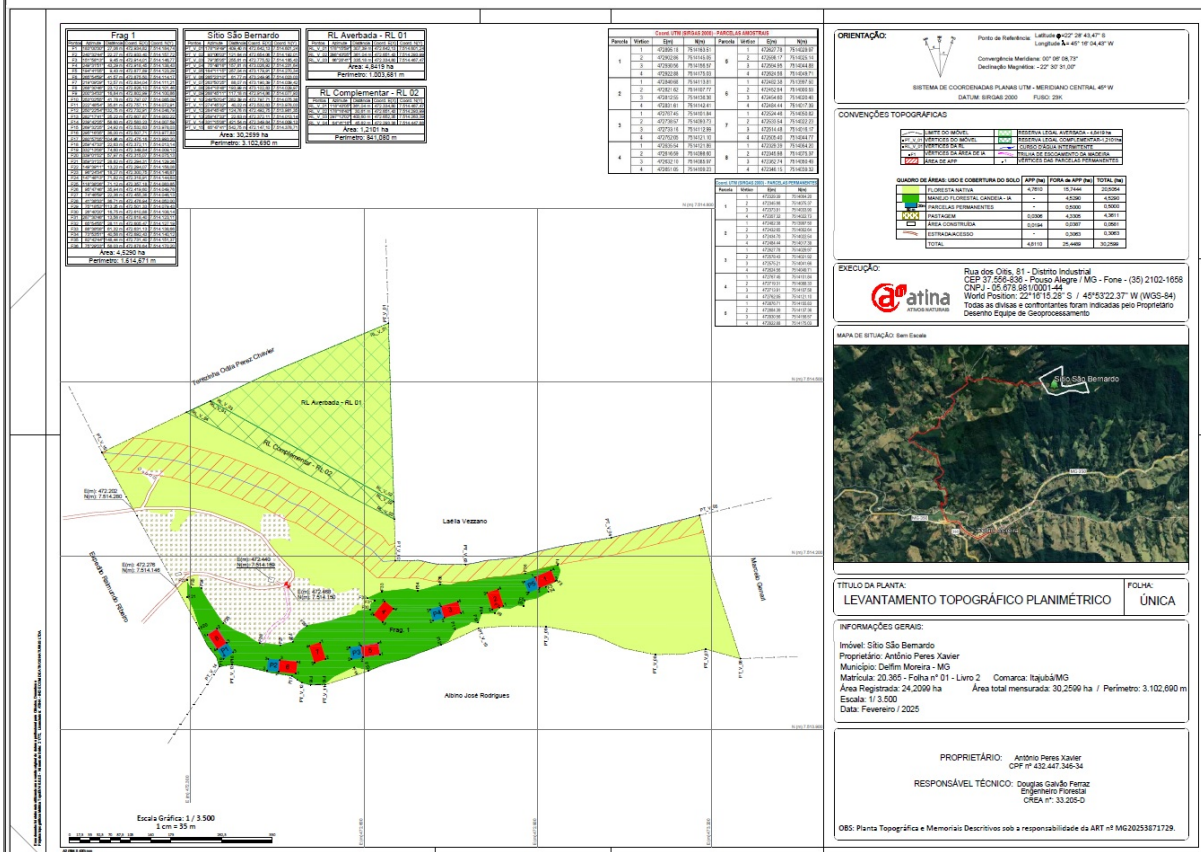


FIGURA 03: Mapa do imóvel Sítio São Bernardo, com local de intervenção ambiental, Plano de Manejo Florestal Sustentável da Candeia, contemplado no presente parecer.

O Sítio São Bernardo se encontra registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá/MG, sob matrícula nº. 20.365, livro nº. 2, folha 001, de propriedade de Antônio Peres Xavier e Maria Inez Beraldo Xavier desde 08 de outubro de 2001. Foi apresentada Carta de Anuência assinada pela coproprietária, Sra. Maria Inez Beraldo Xavier, concordando com o projeto de plano de manejo sustentado de candeia no Sítio São Bernardo.

Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei número 11.428/06, elaborado pelo IBGE e informações constantes no IDE SISEMA (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), o Sítio São Bernardo está localizada nos domínios do Bioma Mata Atlântica e a fitofisionomia predominante é Floresta Ombrófila Montana Secundária.

O uso do solo da propriedade é composto por 00,30,63 ha de estradas, 00,05,81 ha de construções, 04,36,11 ha de pastagem, 20,50,54 ha de vegetação nativa e 04,52,90 ha de candeia, conforme tabela de uso e ocupação do solo acostada ao processo. Possui no interior da propriedade áreas associadas a um curso d'água gerando uma APP total de 04,81,10 ha.



FIGURA 04: Imagem da área sob manejo sustentável no Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

O município de Delfim Moreira/MG, onde se localiza a propriedade cuja intervenção fora requerida, possui 55,77% de sua área total composta por Flora Nativa, segundo dados do Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais do ano de 2005.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3121100-D07B.BAEC.8B83.4BF4.8F08.A0F0.DBC7.7B7B

- Área total: 30,2599 ha

- Área de reserva legal: 6,0520 ha (20,00%)

- Área de preservação permanente: 4,7427 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 4,7254 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 6,0520 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

A Sítio São Bernardo possui CAR (Cadastro Ambiental Rural), número MG-3121100-D07B.BAEC.8B83.4BF4.8F08.A0F0.DBC7.7B7B, com uma área total considerada Reserva Legal de 6,05,20 ha, a qual é formada por um fragmento recoberto por vegetação nativa arbórea (Mata), classificada como Floresta Ombrófila Montana em estágio médio de regeneração natural. O fragmento não está isolado, em sua totalidade, por cerca de arame e correspondem a 20,00% da área total do imóvel em questão.



FIGURA 05: Área de Reserva Legal do Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

Foi observado, em campo, que a área recoberta por mata e declarada como Reserva Legal está em conformidade ao apresentado no Levantamento Topográfico Planimétrico do empreendimento, de responsabilidade do Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Um (01) fragmentos.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR acostado ao processo, correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da reserva legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A Reserva Legal em questão atende os requisitos previstos na legislação (Lei Estadual nº. 20.922/2013), por representar 20,00% da área total da propriedade menor que 4 módulos fiscais, o fragmento está recoberto por vegetação florestal em sua totalidade e está averbado junto ao sistema SICAR MG e à certidão de matrícula. A cobertura florestal é classificada como Floresta Ombrófila Montana Secundária em estágio médio de regeneração natural.



FIGURA 06: Área de Reserva Legal (ao fundo) do Sítio São Bernardo, Bairro São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

Constatou-se que não foi computada área de preservação permanente como sendo área de Reserva Legal da referida propriedade.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

É requerida autorização para Intervenção Ambiental, com supressão de vegetação nativa, em uma área de **04,52,90 ha**, através da implantação de Plano de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa, para a espécie florestal candeia – *Eremanthus erythropappus*, fora de APP, em um fragmento em estágio médio de regeneração natural, coordenadas geográficas (UTM) 472.566 E / 7.513.994 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), com rendimento de **130,76 m³** de lenha nativa sob manejo sustentável, estimados através de Inventário Florestal (Responsável: Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729), a fim de abastecer a demanda de produção de alphabisabolol natural da empresa ATINA Indústria e Comércio de Ativos Naturais Ltda., conforme demarcação em levantamento topográfico planimétrico.

Taxa de Expediente: DAE nº. 1401356036074 (**R\$713,50**), pago em 22/05/2025.

Taxa florestal: DAE nº. 2901356036269 (**R\$202,51**), pago em 22/05/2025.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23137371.



FIGURA 07: Imagem da área requerida para manejo sustentável de candeia na propriedade Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Segundo o IDE-SISEMA, a propriedade em questão se localiza em Área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e em Unidade de Conservação denominada APA Federal da Serra da Mantiqueira, zona de uso sustentável, ela apresenta Vulnerabilidade Natural Muito Baixa.

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa.
- Vulnerabilidade dos recursos hídricos: Baixa.
- Prioridade para conservação da flora: Muito Alta.
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Está inserida em Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversitas, tipo Especial.
- Unidade de conservação: Está inserida em Unidade de Conservação denominada APA Federal da Serra da Mantiqueira, zona: Uso Sustentável*. Não está inserida em Zona de Amortecimento de U.C.
- Área indígenas ou quilombolas: Não ocorrem.
- Reserva da Biosfera: Está inserida em área de reserva da Biosfera da Mata Atlântica, zona: Amortecimento.
- Bioma: Mata Atlântica.
- Vegetação: Floresta Ombrófila Montana.
- Áreas Prioritárias para Conservação: Média.
- Áreas Prioritárias para Recuperação: Muito Baixa.
- Grau de Conservação da Vegetação Nativa: Muito Alta.
- Qualidade Ambiental: Média.
- Qualidade da Água: Alta.
- Risco Ambiental: Muito Baixa.
- Risco Potencial de Erosão: Baixa.

* Definição/Conceito: Esta zona (Uso Sustentável) corresponde às áreas de mananciais de abastecimento

público, bem como áreas naturais ou consolidadas nas quais é admitido a ocupação e o uso dos recursos naturais respeitando a legislação aplicável. Objetivo Geral: garantir o abastecimento público de água em quantidade e qualidade e a manutenção de um ambiente natural que possibilite a integração da unidade de conservação à dinâmica social e econômica. Critérios de zoneamento: A Zona de Uso Moderado – ZUM abrange as áreas de mananciais de abastecimento público previamente identificadas; encostas com predominância de declividade acima de 45° e contínuos de vegetação nativa independente do estágio sucessional; bem como áreas com ocupação consolidada.

Diretrizes: Manter o estado de conservação o mais próximo possível do natural e com maior diversidade possível; Conservar os recursos hídricos em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção da biodiversidade e demais processos ecológicos; Manter a vegetação nativa o mais próximo possível do seu estado natural garantindo a conectividade e biodiversidade; Ordenar ocupações dessas áreas, priorizando instalação de sistemas de tratamento de efluentes e resíduos sólidos; Manter matas ciliares e áreas de recarga conservadas e promover/fomentar a restauração; Fomentar atividades produtivas menos impactantes, priorizando técnicas alternativas de produção agrossilvipastoril; Eliminar gradativamente o uso de agrotóxico; Considerar a ZUM prioridade para implantação de projetos de PSA, compensação de RL, restauração florestal e compensação ambiental; Fomentar criação de UCs de proteção integral e RPPNs e Estimular o ordenamento de atividades turísticas.

Segundo o próprio Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, a candeia *Eremanthus* sp. possibilita diferentes usos, sendo os principais vinculados a mourões de cerca e extração de óleo denominado alfabisabolol, de propriedades medicinais.

Especificamente no que se pretende na exploração da espécie candeia nos imóveis, é a extração de óleo alfabisabolol da madeira, importante para a fabricação de medicamentos e cosméticos;

Não se observa que a exploração florestal sob o regime de plano de manejo para a espécie florestal candeia *Eremanthus erythropappus*, localizada dentro da ZUM como restrição, haja visto que sua exploração (desde que seguidas as técnicas silviculturais de exploração proposta e previstas em lei) mantém a vegetação nativa o mais próximo possível do seu estado natural garantindo a conectividade e biodiversidade, não realiza movimentação de solo, não descaracteriza a vegetação da(s) área(s) explorada(s) uma vez que a exploração incide sob 50% da vegetação florestal.

Assim o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira dentro da ZUM, trata de forma genérica explorações ambientais e uso dos recursos naturais, não sendo observado restrições específicas para a exploração da candeia *Eremanthus erythropappus*, uma vez que está diretamente correlacionada ao fomento de atividades produtivas e alternativas de produção agrossilvipastoril.

Em que pese haver considerações por outros entes ambientais em suas diretrizes dentre da APASM em que a ZUM da APA da Serra da Mantiqueira é composta por "mananciais de abastecimento público, de forma que maiores restrições para intervenção nas matas nativas e nas áreas de preservação permanente para não afetar abastecimento público e que só serão permitidas novas atividades em áreas consolidadas, pois a atividade somente será admitida se adotadas todas as medidas previstas na legislação e nas normas técnicas", destarte observar a forma genérica abordada, pois não foram apresentados estudos e ou informações que exploração florestal sob o regime de plano de manejo da espécie florestal candeia tenha afetado mananciais hídricos que tenham comprometido o abastecimento público, pois como já descrito trata-se e de uma exploração com aplicação de técnicas silviculturais com remoção de 50% da vegetação, mantendo o estado natural da vegetação, sem movimentação e ou alteração das características naturais do solo e ou outras atividades que comprometessem o ambiente natural da(s) área(s) e área(s) circunvizinha(s).

Em relação à forma genérica abordada de que "só serão permitidas novas atividades em áreas consolidadas", como descrito no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira - Pág. 68 e Pág. 69, cabe destacar que a espécie florestal candeia possui característica quanto à sua "adaptação aos ambientes hostis (surge naturalmente em solos arenosos ou pedregosos), apresentando rápido crescimento e baixa exigência de qualidade de solo", " fator interessante da candeia em relação à silvicultura da espécie é a capacidade de adaptação em locais de difícil implantação de culturas agrícolas ou florestais. Portanto, uma das razões que justificam o seu manejo é que ela pode se constituir em uma fonte de renda para os proprietários rurais, agricultores familiares, que possuem terra onde sua ocorrência é natural, principalmente nos casos em que a qualidade do solo não é adequada para a agricultura e a

pecuária.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

O empreendimento não está descrito nas atividades da Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017 e segundo o enquadramento no Sistema de Requerimento de Licenciamento Ambiental é não passível de licenciamento ambiental pelo ente federativo estadual.

Atividades desenvolvidas: Plano de manejo sustentável da vegetação nativa.

Código atividade: Não apresenta.

Atividades licenciadas: Não apresenta.

Classe do empreendimento: Não apresenta.

Critério locacional: Não apresenta.

Modalidade de licenciamento: Não passível.

Número do documento: Não apresenta.

4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria técnica no Sítio São Bernardo na data de 13/10/2025, não sendo encontrado o responsável técnico no local durante a vistoria. Foi constatado em campo os dados de caracterização biofísica da propriedade.

Há atividade econômica sendo desenvolvida na propriedade, criação de gado.

A propriedade foi mensurada com área total de 30,25,99 ha. Possuindo em seu interior, áreas associadas a cursos d'água gerando uma APP total de 4,81,10 ha, e de mata nativa com 20,50,54 ha, já o fragmento de candeia de 04,52,90 ha se encontra em estágio MÉDIO de regeneração natural.

O Plano de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa, para a espécie florestal candeia – *Eremanthus erythropappus*, ocorrerá em apenas um fragmento em estágio médio de regeneração natural, coordenadas geográficas (UTM) 472.566 E / 7.513.994 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), localizado fora de APP e fora de área de Reserva Legal da propriedade.

A Área de Preservação Permanente, presente na propriedade está recoberta por mata nativa classificada como Floresta Ombrófila Montana e gramínea exótica (Braquiária), não se encontra isolada por cerca de arame, em sua totalidade, e há vestígios de animais domésticos de médio e grande porte pastando no local.



FIGURA 08: Imagem da área de preservação permanente presente na propriedade Sítio São Bernardo,

município de Delfim Moreira/MG, que não sofrerá intervenção ambiental.

Ressalta-se que a faixa de APP, do córrego na propriedade, é de 30 (trinta) metros, nos termos da alínea a, inciso I, artigo 9º, da Lei Estadual 20.922/2013.

Para comprovação do estágio em que se encontra os fragmentos de Candeia a serem explorados foi observado e comprovado em vistoria e também em análise dos dados constantes no processo, assim como consulta a Resolução CONAMA nº. 392/2007, onde observou-se os itens abaixo:

predominância de espécies arbóreas formando um dossel definido entre 5(cinco) e 12 (doze) metros de altura, com redução gradativa da densidade de arbustos e arvoretas;

serrapilheira presente variando de espessura de acordo com as estações do ano e a localização;

espécies lenhosas com distribuição diamétrica de moderada amplitude com DAP médio entre 10 (dez) centímetros a 20 (vinte) centímetros;

espécies indicadoras referidas na alínea “b” do inciso II.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: a propriedade apresenta relevo ondulado;

- Solo: a propriedade apresenta solos dos tipos Latossolo Vermelho Amarelo.

- Hidrografia: A propriedade possui como recursos hídricos, um curso d'água, localizado no interior da propriedade e na divisa com terceiros, a temperatura média anual do município de Delfim Moreira/MG é de 16,3°C e a precipitação média anual é de 1.769 mm. O clima da região é do tipo Cwb, subtropical de altitude, segundo Koppen e o relevo é predominantemente montanhoso. Geograficamente a propriedade está inserida na bacia hidrográfica do Rio Grande e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH – GD5 – Rio Sapucaí.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A propriedade está localizada no Bioma Mata Atlântica e apresenta vegetação nativa de porte arbóreo, classificada como Floresta Ombrófila Montana Secundária Média. Apresenta, também, fragmento florestal onde predomina a espécie arbórea Candeia (*Eremanthus erythropappus*) em estágio médio de regeneração natural.

- Fauna: Conforme Plano de Manejo Florestal Sustentado para Exploração de Candeia (*Eremanthus erythropappus*), acostado ao processo, no Sítio São Bernardo ocorrem elementos da fauna representados pelas aves, mamíferos, répteis e anfíbios, segundo o responsável técnico. O autor, Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, não é preciso ao caracterizar eventuais espécies da fauna ocorrentes na propriedade ou na área requerida para intervenção. Durante a vistoria foi observado que ocorrem elementos da fauna representados por pequenos roedores e lagartos, além de aves como gavião, tucano e maritaca, contudo não fora verificada a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção ou endêmicas no local.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica.

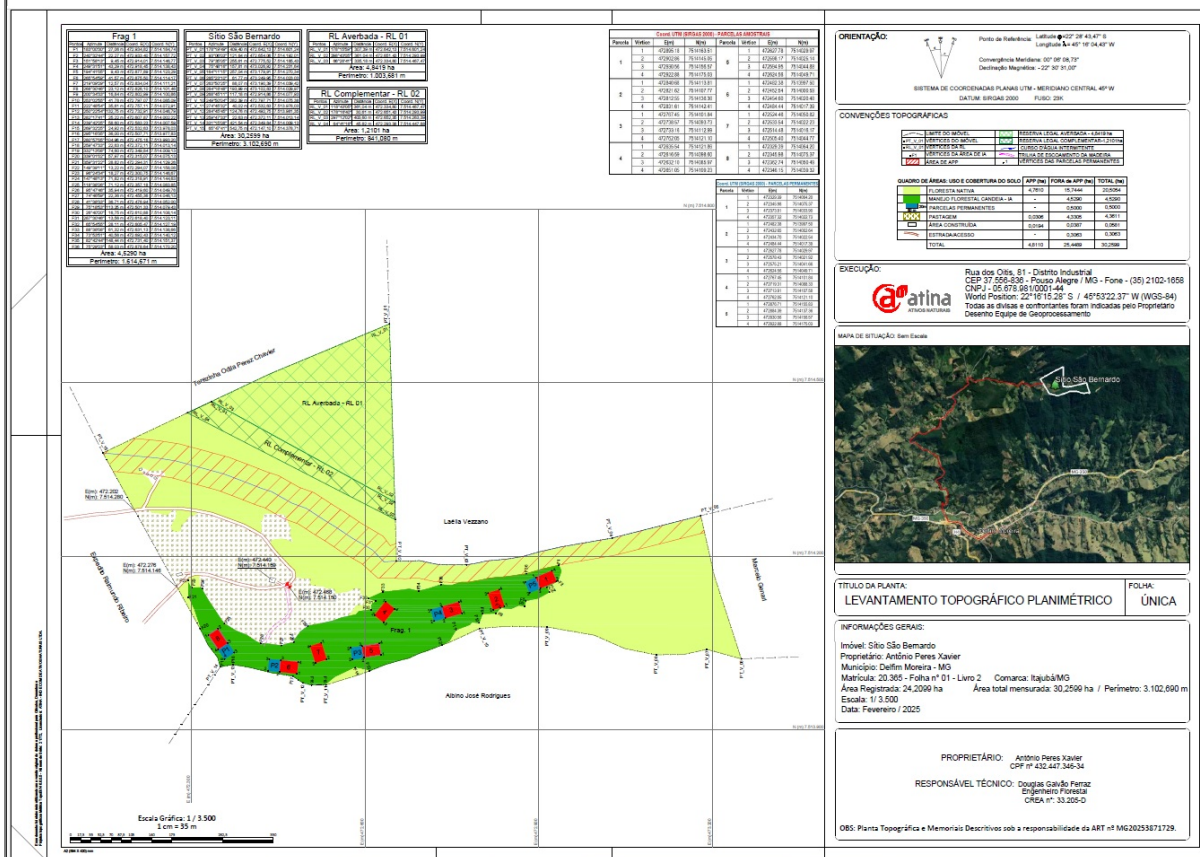
5. ANÁLISE TÉCNICA

Em análise técnica à requisição de autorização para intervenção ambiental, com supressão de vegetação nativa, através de implantação de Plano de Manejo Sustentável da Vegetação Nativa, na área de **04,52,90 hectares**, em um fragmento, junto aos autos do processo SEI nº. 2100.01.0018182/2025-03, foram verificados a localização e composição da área de Reserva Legal da propriedade, área de implantação do manejo florestal, área de preservação permanente, planta topográfica e PMFS, usando como suporte as plataformas: SICAR-MG, IDE/SISEMA, SINAFLO, SEI-MG, MapBiomas, Google Earth Pro entre outras.

Quanto à Reserva Legal do imóvel e sua consequente inscrição no CAR, a mesma foi considerada satisfatória, conforme já discutido nesse parecer em tópico específico.

A planta topográfica representa a realidade atual da propriedade, tendo sido elaborada no DATUM SIRGAS 2000 e as coordenadas geográficas ali indicadas, foram conferidas em campo, sendo consideradas

satisfatórias. Na planta topográfica foram demarcados o fragmento a ser explorado, as parcelas permanentes de controle, as trilhas de arraste do material lenhoso, a área destinada à Reserva Legal e as áreas de preservação permanente.



O presente plano de manejo florestal foi realizado de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3.102, de 26 de outubro de 2021, onde prevê a exploração somente de indivíduos com DAP maior ou igual a 5 cm, que é equivalente a 15,7 cm de CAP (circunferência a altura do peito) e exploração da metade (50%) da área basal calculada, por classe diamétrica.

O responsável técnico pela elaboração, execução e assistência técnica do Projeto de Plano de Manejo Sustentável de Candeia é o Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729 e do levantamento topográfico é o Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729.

Na obtenção do volume de candeia do Fragmento requerido realizou-se inventário florestal através de amostragem aleatória simples, onde todas as espécies com DAP maior ou igual a 5 cm foram mensuradas em 8 unidades amostrais, de 600 m² cada, distribuídas pela área. Os indivíduos foram identificados como “candeias” (vivas ou mortas) ou “não candeia”. Foi utilizado para a mensuração dos indivíduos fita métrica obtendo-se o CAP dos indivíduos e para a medição da altura fora utilizada vara telescópica graduada retrátil; posteriormente calculado o volume através de equação específica para candeia já que as demais espécies nativas não serão passíveis de exploração.



FIGURA 10: Parcela permanente na área requerida para manejo sustentável de candeia, na propriedade Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

No formato digital (Excel) foi apresentada Planilha de Campo contendo os dados obtidos de H (Altura), as medidas do CAP (Circunferência à altura do peito) e DAP (Diâmetro à altura do peito) necessários para aferição das estimativas de volume, conforme a equação de volume proposta.



FIGURA 11: Indivíduos de Candea (*Eremanthus erythropappus*) inventariados na propriedade Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

Com os resultados obteve-se além do volume da madeira com casca, a estrutura da população florestal para os Fragmentos. A **Frequência relativa**, que é o resultado de indivíduos com ocorrência da espécie de candeia no fragmento, foi de **100,00%**. A **d**

Foram alocadas 5 (cinco) parcelas de controle (permanentes), em campo, de 20 x 50 metros, totalizando 5.000 m², com rendimento lenhoso (volume) da candeia de **27,72 m³** ou **69,32 mst** de lenha nativa, que foram e serão inventariadas a cada 3 (três) anos contados a partir da data de conclusão do corte até que se complete o ciclo de regeneração da espécie. A parcela permanente não é passível de exploração, portanto o volume lenhoso deve ser subtraído do saldo a ser disponibilizado para o AIA emitido.

| Parcela | Vértice | E(m) | N(m) |
|---------|---------|-----------|------------|
| 1 | 1 | 472329,39 | 7514064,20 |
| | 2 | 472345,98 | 7514075,37 |
| | 3 | 472373,91 | 7514033,90 |
| | 4 | 472357,32 | 7514022,73 |
| 2 | 1 | 472482,38 | 7513997,50 |
| | 2 | 472432,65 | 7514002,64 |
| | 3 | 472434,70 | 7514022,54 |
| | 4 | 472484,44 | 7514017,39 |
| 3 | 1 | 472627,78 | 7514029,97 |
| | 2 | 472578,43 | 7514021,92 |
| | 3 | 472575,21 | 7514041,66 |
| | 4 | 472624,56 | 7514049,71 |
| 4 | 1 | 472767,45 | 7514101,84 |
| | 2 | 472719,31 | 7514088,33 |
| | 3 | 472713,91 | 7514107,58 |
| | 4 | 472762,05 | 7514121,10 |
| 5 | 1 | 472876,71 | 7514155,83 |
| | 2 | 472884,39 | 7514137,36 |
| | 3 | 472930,56 | 7514156,57 |
| | 4 | 472922,88 | 7514175,03 |

12: Quadro de coordenadas geográficas (UTM) das parcelas permanentes na área requerida para manejo sustentável de candeia, na propriedade Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

O rendimento lenhoso (volume) da candeia fora estimado, para o Fragmento, em **261,52 m³** de lenha nativa,

equivalente a **654,00 mst**. De acordo com a legislação vigente a exploração florestal não pode exceder 50% da área basal existente por classe diamétrica e por espécie, logo o volume de candeia explorável, descontado a volumetria das parcelas de controle, será de **130,76 m³** de lenha ou **327,00 mst**, na propriedade Sítio São Bernardo.

O Sistema de Exploração adotado é o Sistema de Porta – Sementes com Regeneração Natural, o qual manterá aproximadamente 515 indivíduos porta sementes por hectare, pois a cobertura vegetal do solo é restabelecida com rapidez, além de promover baixíssimo impacto ambiental. A derrubada da madeira será feita com motosserra através de corte em bisel a uma altura de 10 cm. Após o corte, o desgalhamento será feito com machado e foice e o desdobro com motosserra e/ou machado. A madeira será empilhada próximo ao local de abate e será embarcada no cargueiro instalado no lombo dos muares, que irão conduzir a lenha até um pátio de estocagem, sob coordenadas geográficas (UTM) 472.468 E / 7.514.150 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), localizado na mesma propriedade. O transporte do pátio de estocagem até a fonte consumidora será através de caminhões.



FIGURA 13: Indivíduo porta semente de Candeia (Eremanthus erythropappus) na propriedade Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG, que não será cortado.

Haverá a seleção de árvores porta sementes (árvores matrizes) à medida que o corte avançar. O responsável técnico pelo Plano de Manejo (Engenheiro Florestal Douglas Galvão Ferraz, CREA-MT nº. 33.205/D, ART Obra / Serviço nº. MG20253871729) realizará um treinamento com o operador de motosserra para orientá-lo sobre a maneira de selecionar essas árvores antes do início do corte, levando em conta a viabilidade da árvore, tamanho da copa, condições fisiológicas, idade e classe diamétrica.

Dos tratos silviculturais foi escolhido a regeneração natural pelo Sistema Porta – Sementes. Durante a execução da fase de corte ocorrerá a limpeza e escarificação do solo, sem supressão de qualquer outra espécie, em forma de círculos com aproximadamente 60 cm de diâmetro, a cada dois metros de distância, com o afofamento de 5 (cinco) cm da camada superior do solo, para que a semente ao cair entre em contato com o solo, receba luminosidade direta e água da chuva, garantindo assim a intensa regeneração natural que ocorre com essa espécie. Outra forma de conduzir a regeneração natural é através da escarificação do solo ao redor do toco da árvore abatida com a exposição raízes da candeia. Após dois ou três anos do estabelecimento da regeneração, será realizado um desbaste na regeneração natural deixando uma planta a cada 3 m², para reduzir a competição entre plantas e propiciar um maior desenvolvimento das candeias remanescentes.

O monitoramento na execução do corte e dos tratos silviculturais previstos neste Plano de Manejo serão controlados periodicamente através de fotografias e registros, para a formação de relatórios que serão encaminhados ao IEF no primeiro, quinto, oitavo e décimo segundo ano após o corte da candeia, de acordo com o cronograma a apresentado.

Em vistoria in loco foi constatada a locação de 05 (cinco) parcelas permanentes, a conferência do diâmetro/altura de alguns indivíduos de candeia, bem como as trilhas para escoamento da madeira e o pátio de estocagem. Observou-se também a área de preservação permanente e de reserva legal da propriedade.

A área demarcada para o Manejo Florestal Sustentável, com 04,52,90 ha, composta por formação florestal em candeia, não se encontra dentro da área declarada como Reserva Legal do Sítio São Bernardo e está de acordo com a legislação vigente.

No que tange à vegetação da área requerida para manejo florestal, a mesma é composta por candeia em sua predominância, com formação campestre na cobertura do solo.



FIGURA 14: Fragmento com predominância da espécie Candeia e formação campestre, Sítio São Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

Nas bordas da área objeto da solicitação para intervenção, observa-se áreas em formação em Floresta Ombrófila Montana Secundária média e pastagens, destaca-se que as demais áreas de vegetação nativa estão distribuídas e separadas distintamente da área requerida para exploração.

É proposto à remoção de 50% da área basal do candeial, que aplicada às devidas técnicas de manejo, manterá às mesmas características da vegetação nativa, levando-se em consideração a exploração semi-mecanizada (motosserras) e escoamento do produto por muares em trilhas definidas até o pátio de estocagem, primando pelo menor impacto possível sob a vegetação nativa da propriedade.

Nas áreas requeridas à exploração florestal, às espécies denominadas "não candeias" representam 14,10% da cobertura vegetal, enquanto a espécie florestal candeia possui predominância em 85,90%.

Além da exploração de 50% da área na forma proposta, entre outros indivíduos a serem preservados da espécie, foram demarcadas árvores matrizes de forma a garantir a dispersão de sementes, bem como demarcada parcela permanente de controle (testemunha), a fim de monitorar a regeneração da área pós exploração.

A vegetação nativa existente na propriedade é caracterizada Floresta Ombrófila Montana, com áreas de transição para campo, sendo a candeia uma espécie tipicamente componente das tipologias campestres, sendo muitas vezes considerada espécie ruderal que coloniza áreas com solos mais fracos ou pedregosos, a exemplo dos campos cerrados e campos rupestres. A espécie florestal candeia é caracterizada por possuir natureza de fácil dispersão de sementes o que acentua a regeneração natural.

Assim, observa-se, que seguidas as técnicas propostas de exploração, às características da vegetação de candeia remanescentes serão preservadas, contribuindo para o desenvolvimento de indivíduos florestais jovens bem como demais espécies de vegetação nativa.

não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área;

O manejo previsto para execução na propriedade não possui potencial de alteração da conservação da vegetação nativa da área, quer seja nas áreas requeridas para a exploração florestal, quer seja nas outras formas de vegetação nativa, uma vez que serão adotadas técnicas silviculturais apenas para a espécie candeia a ser explorada, conforme narrado no item I.

Dado à predominância da espécie florestal candeia em 85,90% da cobertura vegetal da área, às espécies denominadas não candeia, foram identificadas, marcadas de forma a preservá-las. Nota-se desta forma que não há riscos substanciais às demais formas de vegetação nativa na área de exploração, fase sua incidência.

assegurar a manutenção da diversidade das espécies;

O Plano de Manejo não apresenta potencial de modificação da diversidade das espécies ocorrentes nas áreas requeridas, visto que todas as práticas das operações de exploração visam à manutenção de todos os exemplares de espécies "não candeias", entre estas práticas estão: o direcionamento da queda das árvores para que não afete outras espécies existentes no local; preservação de outras espécies arbóreas ou arbustivas ocorrentes; escoamento do material lenhoso realizado por muare pelas trilhas definidas no Plano de Manejo até o pátio de estocagem, sem comprometimento de outras espécies para abertura de acessos; durante a exploração a vegetação rasteira e o sub-bosque serão mantidos, assim como os resíduos da colheita como galhos e folhas, contribuindo para amenizar o impacto da chuva e protegendo contra possíveis processos erosivos, evitando impactos sobre demais espécies em desenvolvimento.

conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas. Conforme o inventário realizado, não ocorrem espécies exóticas na área do Plano de Manejo.

Não foi observado nascente ou curso d'água próximo à área requerida para exploração.

Foram realizadas medições na parcela de amostragem, sendo aferidas aleatoriamente alturas das árvores de candeia.

Foi possível também observar a frequência das árvores de candeia e sua dominância em relação às demais espécies florestais.

Em relação ao estágio sucessional de regeneração natural e observando as regras constantes nas legislações ambientais vigentes, a área requerida para candeia mostrou-se em estágio médio de regeneração, condizente com a classificação do responsável técnico.



FIGURA 15: Imagem da área requerida para manejo sustentável de candeia na propriedade Sítio São

Bernardo, município de Delfim Moreira/MG.

Há de se destacar, que áreas em formação de candeia possuem diferenças de região para região, quanto ao porte, diâmetro e desenvolvimento.

Via de regra áreas de candeia dificilmente possuem similaridade uma para com a outra. Não possuem padrões homogêneos de desenvolvimento.

Outro ponto de relevância em relação à exploração econômica com propósito comercial, para a espécie florestal Candeia, é que as empresas buscam áreas com rendimento lenhoso, tendo em vista que a extração do óleo essencial alphasabolol se concentra em indivíduos arbóreos com idade, altura, diâmetro com capacidade de extração deste óleo.

A disposição da parcela se mostrou satisfatória e representativa frente à área requerida para exploração.

Foi apresentado Cronograma das Operações de Exploração.

O sistema de exploração proposto nos estudos, mediante o corte, é o de exploração semi-mecanizada, aproveitando-se todos os fustes (para os indivíduos com mais de um fuste) e, visando otimizar condução do futuro candeial.

O escoamento do produto será realizado através de muares, usando-se trilhas existentes no interior da propriedade para o pátio/depósito de estocagem localizado no imóvel, com coordenadas geográficas (UTM) 472.468 E / 7.514.150 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K) definidas no mapa, localizado em área de pastagem, voltadas à minimização dos impactos ambientais na área de exploração, bem como nas demais áreas da propriedade.

Trata-se de uma atividade de exploração florestal prevista no Decreto Estadual nº. 47.749/19 Capítulo II – Seção VI Artigo 28 e 29. O Art. 28 da Lei nº. 11.428/06 regulamentado pelo Decreto Federal nº. 6.660/2008, através do Capítulo XI, Artigo 35, § 2º estabelece as normas para supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies.

A Portaria MMA nº. 51/2009, define a espécie florestal Candeia como pioneira nativa, para efeito do disposto no art. 28 da Lei nº. 11.428, de 2006, e no art. 35, § 2º, do Decreto nº. 6.660, de 21 de novembro de 2008. Foi recolhido DAE referente aos emolumentos relativos à análise e vistoria para o Processo de Plano de Manejo para a espécie florestal Candeia – *Eremanthus erythropappus*.

O art. 36, inciso II, do Decreto nº. 6.660/08, estabelece que para haver o corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras, é condição necessária que o volume e a intensidade do corte não descaracterizem o estágio médio de regeneração do fragmento.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente sendo:

5.1.1 Impactos sobre os recursos edáficos, hídricos e biodiversidade:

A cobertura vegetal representa um papel-chave no fluxo de água pelo sistema solo-atmosfera, que atua interceptando e redistribuindo a precipitação, aumentando a infiltração e levando a uma redução na taxa de evaporação da superfície do solo. A remoção da vegetação implica na exposição do solo à ação degradativa dos agentes ambientais, acelerando, os processos erosivos, contudo o manejo sustentado de espécie arbórea pioneira através da retirada seletiva de indivíduos de candeia (podendo chegar até 50% da área basal do candeial), a manutenção de indivíduos não candeia, bem como da vegetação rasteira, do sub-bosque e de resíduos da colheita (galhos e folhas) no local, não descaracterizem o estágio médio de regeneração do fragmento, contribuindo para amenizar o impacto da chuva, protegendo contra possíveis processos erosivos e carreamento de material para os corpos d'água.

A biodiversidade sofrerá uma perda pouco significativa, já que o corte é seletivo, sendo selecionada apenas uma espécie e considerando que permanecerão na área as árvores porta sementes. Uma vez que a remoção da vegetação irá ocorrer na área de intervenção ambiental, em um curto prazo de tempo e considerando a reconstituição florestal a ser efetuada através da regeneração natural e esscarificação do

solo. Trata-se, portanto, **de impacto de baixa magnitude**.

5.1.2 Impactos sobre a fauna:

A biodiversidade animal responde proporcionalmente às condições de abrigo e alimento que o local oferece, assim, os impactos devido ao desmate provocarão redução da disponibilidade de alimentos, de morada e refúgio, e a supressão da vegetação impacta diretamente a fauna associada, que sofrerá diretamente com a perda de habitat, contudo foi observado que a área requerida para o manejo florestal sustentável da espécie *Eremanthus erythropappus* se mostra limítrofe a áreas com cobertura florestal nativa em estágio médio de regeneração natural e não foi visualizado nenhuma espécie da fauna silvestre que consta na lista de animais em extinção. Foi constatado que as espécies da fauna silvestre, presentes na área, apresentam comportamento migratório, se deslocando entre os fragmentos de Mata existentes na região, desta maneira a exploração da espécie candeia realizada em etapas favorece o deslocamento da fauna para áreas vizinhas com cobertura vegetal nativa de porte arbustivo e arbóreo.

Visto que todas as práticas das operações de exploração florestal visam à manutenção de todos os exemplares de espécies "não candeias", como o direcionamento da queda das árvores para que não afete outras espécies existentes no local ou a preservação de outras espécies arbóreas ou arbustivas existentes, ocorrerá o desenvolvimento de indivíduos florestais jovens das demais espécies bem como para a candeia; além de que o local onde está inserida a propriedade e em suas redondezas apresentam áreas antropizadas. Diante dos fatos ocorrerá a migração de indivíduos (animais silvestres) para áreas florestais adjacentes, o que torna **os impactos** decorrente do manejo florestal sustentável **de baixa intensidade** sobre a fauna local.

5.1.3 Medidas mitigadoras:

Quanto à atividade de plano de manejo sustentável da vegetação nativa, são descritas diversas Medidas de Mitigação, conforme listado a seguir e que serão observadas quanto ao cumprimento:

- * Delimitar, no momento da exploração florestal, e respeitar os limites da área sob manejo, áreas de preservação permanente e de reserva legal;
- * Epífitas que porventura existam nos indivíduos abatidos devem ser quantificados e, necessariamente, transplantados em áreas próximas e o mais similar possível à área sob manejo;
- * Espécimes que apresentarem ninhos no momento do corte deverão ser preservados devendo explorar outro indivíduo em substituição, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação com conectividade próxima a intervenção);
- * Nas áreas de manejo que fazem limites com pastagens ou com risco de acesso de animais como equinos e bovinos devem ser adotadas medidas de isolamento (cerca de arame) necessárias, devendo estas permanecerem protegidas;
- * Deverá ser instalado próximo ao manejo aprovado, no mínimo, uma placa de identificação, que deve permanecer durante toda a vigência do projeto;
- Caso o pátio de estocagem do produto não esteja próximo a área sob manejo, deverá também ser instalada uma placa no pátio indicando origem do produto depositado, que deverá permanecer enquanto tiver produto estocado no local.
- Dimensões da placa: mínimo 1m x 1m. Informações: Nome da propriedade. Nome do proprietário/explorador. Nome/CREA do responsável técnico. Processo Manejo Florestal Sustentável: Número do processo e do documento autorizativo. Nome do órgão ambiental: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS.
- * Ações executadas ou medidas adotadas na área sob manejo deverão ser por meio de equipe treinada, pois desconformidade com os parâmetros técnicos definidos pelo órgão ambiental, ou sem observar projeto técnico específico elaborado pelo profissional ou, ainda, em desconformidade com a legislação ambiental vigente sujeitará o responsável as sanções legalmente previstas;
- * O requerente deverá solicitar o lançamento do saldo do produto autorizado no sistema de Controle de Atividades Florestais (CAF/SIAM) junto ao IEF responsável pela análise 20 (vinte) dias antes do início do

transporte, considerando possibilidade de realização de vistoria antes de escoamento do produto;

* Necessário regularizar o registro/cadastro junto ao SERCAR/IEF. Em até 60 (sessenta) dias após a finalização da exploração, independente de escoamento do produto, deverá ser encaminhado ao órgão ambiental relatório de execução física sob responsabilidade do responsável técnico do Plano de Manejo constando, no mínimo:

- Indicação se a exploração foi compatível com a proposta apresentada no projeto, cumprimento das medidas estabelecidas, tais como permanência das árvores porta sementes, transplante de epífitas, respeito ao limite de exploração na área autorizada conforme área basal passível, instalação de placas de identificação, isolamento do local sob manejo quando for o caso, entre outros.

- Ações realizadas acerca da proteção da fauna silvestre durante as atividades de exploração e eventuais ocorrências.

- Dados relativos à volumetria explorada conforme quantitativo autorizado, informando acerca de eventual disposição de lenha na área objeto do manejo, assim como cronograma de escoamento deste material para o pátio de estocagem e destinação final do pátio para o consumidor, se ainda não tiver ocorrido.

- Informações gerais acerca de eventuais ocorrências relevantes no decorrer da atividade.

- Registro fotográfico representativo da área manejada.

* Explorar somente os indivíduos florestais propostos no Plano de Manejo;

* Utilização se aprovado as rotas de escoamento e transporte da madeira definidas na planta topográfica e propostas no Plano de Manejo;

* Manter a parcela permanente delimitada e bem definida a fim de se evitar a exploração desta área, deixando-a visível para aferições posteriores;

* O produto florestal a ser explorado se aprovado deverá ser depositado/estocado na área definida na planta topográfica;

* Não realizar qualquer tipo de exploração nas áreas de preservação permanente;

* Não cortar, suprimir ou danificar demais formas de vegetação nativa existente durante a exploração florestal;

* Definir e marcar previamente as árvores matrizes sendo aquelas que apresentam bom estado fitossanitário, fuste elevado com boa capacidade de dispersão de sementes;

* Não cortar, suprimir ou danificar as árvores matrizes demarcadas nas áreas destinadas à exploração florestal sob o regime de plano de manejo para a espécie *Candeia - Eremanthus erythropappus*;

* Utilizar equipamentos de corte adequados com as manutenções em dia de forma e evitar vazamentos de óleos, graxas e combustíveis durante a colheita floresta;

* Adotar ações que não ofereçam risco a vida ou integridade física das pessoas;

* Intervir somente nas áreas autorizadas;

* Retirar das áreas de manejo todo resíduo sólido ou líquido levado para a atividade.

6. CONTROLE PROCESSUAL

6.1 Relatório

Foi requerido por **Antônio Peres Xavier**, inscrita no CPF sob o nº 432.447.346-34 a execução de projeto de manejo sustentável de vegetação nativa, para exploração seletiva da espécie *Eremanthus erythropappus*, conhecida popularmente por "Candeia", em uma área de 4,5290 ha, junto à propriedade denominada "Sítio São Bernardo" (Bairro São Bernardo), município de Delfim Moreira/MG, cadastrada no cartório de registro de imóveis sob o número 20.365.

Verificou-se a quitação das taxas referentes à análise e vistoria (doc. SEI 114589916) e da taxa florestal

(Doc. SEI 114589917).

A propriedade foi inscrita no SICAR, verificando-se que as informações prestadas no CAR correspondem às constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel e que a localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. Foi apresentado Termo de Responsabilidade de Manutenção de Florestas em Regime de Plano de Manejo Florestal (Doc. SEI 114589918).

Verificada a dominialidade da área intervinda, a propriedade (Docs. SEI 114589878) e a Carta de Anuência da coproprietária (Doc. SEI 114589886).

A atividade exercida é considerada como não passível de licenciamento ambiental.

É o relatório.

6.2 Análise

Trata-se de pedido de Manejo Florestal para exploração seletiva de Candeia nativa (*Eremanthus erithropappus*), o qual está previsto na Lei nº 11.428/06 e seu Decreto regulamentador, o Decreto nº 6.660/2008.

A Lei 11.428/06, em seu art. 28, permite o corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies, senão vejamos:

“Art. 28. O corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies, poderão ser autorizados pelo órgão estadual competente, observado o disposto na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.”

A predominância da Candeia, dentro dos parâmetros legais previstos, foi caracterizada junto ao Plano de Manejo apresentado e atestada pelo Analista Ambiental vistoriante no Parecer Técnico, com predominância superior a 60% da candeia em relação as outras espécies, sendo caracterizada Floresta Ombrófila Montana em estágio médio de regeneração.

Os parâmetros fitossociológicos na análise estrutural do fragmento florestal, segundo estudos, apresentaram dominância relativa, que é a área basal de todas as espécies de candeia nos fragmentos, de 85,90%. A Abundância relativa, que é o tamanho da população de candeia nos fragmentos, foi de 82,36%.

Por sua vez, o Decreto nº 6.660/2008, que regulamenta a Lei 11.428/06, traz instruções, vejamos:

Art. 35. Nos fragmentos florestais da Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, o corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas, de que trata o art. 28 da Lei no 11.428, de 2006, com presença superior a sessenta por cento em relação às demais espécies do fragmento florestal, dependem de autorização do órgão estadual competente.

§1º. O cálculo do percentual previsto no caput deverá levar em consideração somente os indivíduos com Diâmetro na Altura do Peito - DAP acima de cinco centímetros.

§2º. O Ministério do Meio Ambiente definirá, mediante portaria, as espécies arbóreas pioneiras passíveis de corte, supressão e manejo em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração da Mata Atlântica.

No parecer Técnico encontramos a afirmação que a vegetação da área de manejo da Candeia apresenta-se em estágio médio de regeneração natural.

No tocante ao §1º do art. 35, temos que no Parecer Técnico o Analista Ambiental vistoriante afirma que todas as espécies a serem exploradas foram aferidas com DAP acima de 5 (cinco) centímetros.

Quanto ao §2º do art. 35 supra, a Portaria MMA nº 51/09, em seu art. 1º, define a Candeia como espécie arbórea pioneira nativa, para efeito do disposto no art. 28 da Lei 11.428/2006 e do art. 35, §2º do Decreto no

6.660/2008.

Neste diapasão, a publicação “*Manejo Sustentável da Candeia*”, dos autores José Roberto S. Scolforo; Antônio Donizette de Oliveira; e Antônio Cláudio David, coletânea do ano de 2012, Editora UFLA, classifica a espécie *Eremanthus erythropappus* (Candeia), como sendo espécie pioneira.

O art. 36, inciso II, do Decreto 6.660/08, estabelece que para haver o corte, a supressão e o manejo de espécies arbóreas pioneiras, é condição necessária que o volume e a intensidade do corte não descaracterizem o estágio médio de regeneração do fragmento. O Parecer Técnico aprovou o Plano de Manejo e discriminou as medidas de sustentabilidade da exploração requerida.

Do ponto de vista procedimental de formalização processual, tanto a Lei 11.428/06 quanto o Decreto 6.660/08 estabelecem que o manejo de espécies pioneiras em vegetação nativa em estágio médio de regeneração depende de aprovação do órgão estadual competente. Para atender a este comando legal, temos que o Decreto Estadual nº 47.749/2019, a qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu art. 3º, inciso IV, elenca como intervenção ambiental o “manejo sustentável”.

6.3 Da Competência Analítica e Decisória

Por outro lado, o Decreto Estadual nº 47.892/2020, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceituam que a competência para as análises dos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio do IEF, e o seu Parágrafo Único confere competência autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

Art. 38 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de:

I – ...

II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção...

Art. 38...

...

Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;

...

Por sua vez, a Lei 20.922/13, em seu art. 2º, inciso VII, entende que o manejo sustentável é a “administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os

mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços”, não se tratando, em seu conceito, portanto, de supressão de vegetação nativa, mas sim um mecanismo de exploração sustentável.

Assim, integrando e combinando as normas supracitadas, temos que o manejo pretendido possui respaldo procedimental e autorizativo no Decreto Estadual 47.749/2019 c/c o Decreto 47.892/2020 e previsão legal na Lei 11.428/06 e Decreto 6.660/08.

Outrossim, o Plano de Manejo atendeu ao Termo de Referência Para Elaboração e Execução de Projetos de Plano de Manejo Florestal Sustentável da Candeia e ao Art.28 da Lei 11.428/06.

O Parecer Técnico é favorável à exploração e ao Plano de Manejo Sustentável para exploração florestal sob o regime de Manejo da espécie florestal Candeia – *Eremanthus erythropappus* em uma área de 4,5290 ha, em um único fragmento, cuja volumetria total passível de exploração calculado pelo responsável técnico nos estudos apresentados foi de 130,76 m³ de lenha, classificado em estágio médio de regeneração natural, atendendo ao previsto no art. 28 da Lei 11.428/06 c/c art. 35 do Decreto 6.660/08.

Conclusão

Em face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à sua autorização.

Dispensado o recolhimento da Reposição Florestal, de conformidade com o art. 78, §5º, V, “a”, da Lei 20.922/13.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

As medidas mitigadoras e condicionantes aprovadas no Parecer Técnico deverão constar no DAIA.

Conforme Decreto Estadual 47.749/2019, art. 7º, o prazo de validade do DAIA deverá ser de três anos, podendo ser prorrogado sucessivamente, por igual período, até o limite do cronograma de execução aprovado no plano de manejo, nos termos do art. 7º, parágrafo 1º do Decreto Estadual 47.749/2019.

7. CONCLUSÃO

O Plano de Manejo apresentado atendeu ao disposto na Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3.102, de 26 de outubro de 2021, o Termo de Referência Para Elaboração e Execução de Projetos de Plano de Manejo Florestal Sustentável da Candeia e ao Art.28 da Lei nº. 11.428/06.

Diante do exposto, concluo que a propriedade, Sítio São Bernardo, localizada na zona rural (Bairro São Bernardo) do município de Delfim Moreira/MG, objeto de solicitação de supressão de vegetação nativa através do manejo sustentável sob o regime de Plano de Manejo Sustentável para a espécie florestal candeia – *Eremanthus erythropappus* em um fragmento, coordenadas geográficas (UTM) 472.566 E / 7.513.994 S (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), de **04,52,90 ha - É PASSÍVEL** de Intervenção Ambiental por não contrariar a legislação vigente. Por fim, a equipe técnica sugere o **DEFERIMENTO** do processo em análise, autorizando a exploração de **130,76 m³** de lenha nativa equivalente a **327,00 mst**, em conformidade com o Decreto Estadual nº. 47.749/19 Capítulo II - Seção VI Artigo 28 e 29 e Termo de Referência Para Elaboração e Execução de Projetos de Plano de Manejo Florestal Sustentável da Candeia.

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes, descritas no Termo de Referência Para Elaboração e Execução de Projetos de Plano de Manejo Florestal Sustentável da Candeia.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|--|
| 1 | Delimitar e respeitar os limites das áreas sob manejo, áreas de preservação permanente e de reserva legal. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 2 | Epífitas que porventura existam nos indivíduos abatidos devem ser quantificados e transplantados em áreas próximas e o mais similar possível às áreas sob manejo. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 3 | Espécimes que apresentarem ninhos no momento do corte deverão ser preservados devendo explorar outro indivíduo em substituição, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação com conectividade próxima a intervenção). | Durante a implantação do empreendimento. |
| 4 | Nas áreas de manejo que fazem limites com pastagens ou com risco de acesso de animais como equinos e bovinos devem ser adotadas medidas de isolamento (cerca de arame) necessárias, devendo estas permanecerem protegidas. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 5 | Deverá ser instalado próximo ao manejo aprovado, no mínimo, uma placa de identificação, que deve permanecer durante toda a vigência do projeto. Caso o pátio de estocagem do produto não esteja próximo a área sob manejo, deverá também ser instalada uma placa no pátio indicando origem do produto depositado, que deverá permanecer enquanto tiver produto estocado no local. <u>Dimensões da placa:</u> mínimo 1m x 1m. <u>Informações:</u> Nome da propriedade. Nome do proprietário/explorador. Nome/CREA do responsável técnico. Processo Manejo Florestal Sustentável: Número do processo e do documento autorizativo. Nome do órgão ambiental: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 6 | Ações executadas ou medidas adotadas nas áreas sob manejo deverão ser por meio de equipe treinada, pois desconformidade com os parâmetros técnicos definidos pelo órgão ambiental, ou sem observar projeto técnico específico elaborado pelo profissional ou, ainda, em desconformidade com a legislação ambiental vigente sujeitará o responsável as sanções legalmente previstas. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 7 | O requerente deverá solicitar o lançamento do saldo do produto autorizado no sistema de Controle de Atividades Florestais (CAF/SIAM) junto ao IEF responsável pela análise 20 (vinte) dias antes do início do transporte, considerando possibilidade de realização de vistoria antes de escoamento do produto. Necessário regularizar o registro/cadastro junto ao SERCAR/IEF. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 8 | Explorar somente os indivíduos florestais propostos no Plano de Manejo. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 9 | Utilização se aprovado as rotas de escoamento e transporte da madeira definidas na planta topográfica e propostas no Plano de Manejo. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 10 | Manter a parcela permanente delimitada e bem definida a fim de se evitar a exploração desta área, deixando-a visível para aferições posteriores. | Durante a implantação do empreendimento. |
| 11 | O produto florestal a ser explorado se aprovado deverá ser depositado/estocado na área definida na planta topográfica. | Durante a implantação do empreendimento. |

- 12 Não realizar qualquer tipo de exploração nas áreas de preservação permanente. Durante a implantação do empreendimento.
- 13 Não cortar, suprimir ou danificar demais formas de vegetação nativa existente durante a exploração florestal. Durante a implantação do empreendimento.
- 14 Definir e marcar previamente as árvores matrizes sendo aquelas que apresentam bom estado fitossanitário, fuste elevado com boa capacidade de dispersão de sementes. Durante a implantação do empreendimento.
- 15 Não cortar, suprimir ou danificar as árvores matrizes demarcadas nas áreas destinadas à exploração florestal sob o regime de plano de manejo para a espécie Candeia - *Eremanthus erythropappus*. Durante a implantação do empreendimento.
- 16 Utilizar equipamentos de corte adequados com as manutenções em dia de forma e evitar vazamentos de óleos, graxas e combustíveis durante a colheita floresta. Durante a implantação do empreendimento.
- 17 Adotar ações que não ofereça risco a vida ou a integridade física das pessoas. Durante a implantação do empreendimento.
- 18 Retirar das áreas de manejo todo resíduo sólido ou líquido levado para a atividade. Durante a implantação do empreendimento.
- Deverá ser encaminhado ao órgão ambiental relatório de execução física sob responsabilidade do responsável técnico do Plano de Manejo constando, no mínimo:
- Indicação se a exploração foi compatível com a proposta apresentada no projeto, cumprimento das medidas estabelecidas, tais como permanência das árvores porta sementes, transplante de epífitas, respeito ao limite de exploração na área autorizada conforme área basal passível, instalação de placas de identificação, isolamento do local sob manejo quando for o caso, entre outros.
- 19 - Ações realizadas acerca da proteção da fauna silvestre durante as atividades de exploração e eventuais ocorrências. 60 dias após a finalização da exploração, independente de escoamento do produto.
- Dados relativos à volumetria explorada conforme quantitativo autorizado, informando acerca de eventual disposição de lenha na área objeto do manejo, assim como cronograma de escoamento deste material para o pátio de estocagem e destinação final do pátio para o consumidor, se ainda não tiver ocorrido.
 - Informações gerais acerca de eventuais ocorrências relevantes no decorrer da atividade.
 - Registro fotográfico representativo da área manejada.
- 20 Deverá ser encaminhado ao órgão ambiental responsável Termo de Responsabilidade de Manutenção de Florestas em Regime de Plano de Manejo Florestal averbado em Cartório. 90 dias.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

COPAM / URC SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Luis Fernando Rocha Borges**
MASP: 1.147.282-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Rodrigo Mesquita Costa**
MASP: 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa, Servidor (a) Público (a)**, em 09/02/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Rocha Borges, Servidor Público**, em 10/02/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132136245** e o código CRC **470987B6**.